



Câmara Municipal de
Maracanaú

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI DE Nº 133/2025 – ALTERA A LEI Nº 2.171, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE NOVAS CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, BEM COMO PARA ADOAÇÃO DE IMÓVEIS À IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ, NA FORMA QUE INDICA.

RELATÓRIO

O projeto que acompanha a mensagem de nº 133/2025 trata de alteração à Lei nº 2.171, de 20 de fevereiro de 2014 – e suas alterações, dispondo sobre regras para a concessão de direito real de uso, bem como para a doação de imóveis à implantação ou ampliação de empresas em Maracanaú.

Sobre o assunto, a LOM assim dispõe:

Art. 15. Compete ao Município legislar sobre:

...

V - aquisição, administração, concessão e permissão de uso, recebimento, alienação e doação de bens imóveis municipais;

...

Art. 123 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.



PARECER

Pelos motivos acima expostos, somos pela emissão de PARECER FAVORÁVEL ao projeto de nº 133/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo.

É o parecer

S.M.J.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 2025.

Relator CCJ